

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: A Betapart Participações S.A. (“Companhia”) é uma holding de participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, portanto não operacional. Não houve neste exercício findo e não existem, no momento, investimentos ou desinvestimentos em andamento. A Companhia não possui dívidas ou contratos relevantes ou de longo prazo celebrados, de forma que a principal fonte de recursos é o aporte dos sócios. Contudo, a Companhia poderá se utilizar de financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez caso surja nova oportunidade de investimento. A receita da Companhia é composta por receitas financeiras provenientes da aplicação do seu caixa e o resultado operacional é decorrente das despesas administrativas referentes à manutenção da Companhia. Não há fatores relevantes que influenciam de forma significativa o resultado da Companhia. Também não houve efeitos relevantes, ocorridos ou esperados que tenham causado ou venham a afetar as demonstrações contábeis da Companhia. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício findo, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelo nosso auditor independente – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Betapart Participações S.A. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026. Betapart Participações S.A.

Balancos patrimoniais - Em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>			
Ativo	Notas	2025	2024
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	334	440
Tributos a recuperar	5	24	18
		358	458
Total do ativo		358	458
Patrimônio Líquido			
Patrimônio líquido:	Notas	2025	2024
Capital social	6	726	726
Prejuízos acumulados		(368)	(268)
		358	458
Total do patrimônio líquido		358	458

Demonstrações do Resultado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais, exceto a quantidade média ponderada de ações e o prejuízo básico e diluído por ações)</i>			
	Notas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	8	(148)	(149)
Resultado antes do resultado financeiro		(148)	(149)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		48	48
Prejuízo do exercício		(100)	(101)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	6.c	(0,03607)	(0,03655)
Quantidade média ponderada de ações	6.c	2.761.620	2.761.620

Demonstrações do Resultado Abrangente - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares reais)</i>			
	Notas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Prejuízo do exercício		(100)	(101)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(100)	(101)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares reais)</i>			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	726	(167)	559
Prejuízo do exercício	-	(101)	(101)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	726	(268)	458
Prejuízo do exercício	-	(100)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	726	(368)	358

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares reais)</i>			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Notas	2025	2024
Prejuízo do exercício		(100)	(101)
Redução (aumento) de ativos:			
Tributos a recuperar		(6)	3
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(106)	(98)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	440	538
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	334	440
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(106)	(98)

Demonstrações do Valor Adicionado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares reais)</i>		
	2025	2024
Insumos adquiridos de terceiros	(128)	(128)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(128)	(128)
Valor adicionado bruto	(128)	(128)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(128)	(128)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	48	48
Valor adicionado total a distribuir	(80)	(80)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	20	21
Federais	18	18
Estaduais	2	3
Remuneração de capitais próprios	(100)	(101)
Prejuízo do exercício	(80)	(80)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2025 e em 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 - Contexto Operacional: A Betapart Participações S.A. (“Companhia”), companhia listada junto à Comissão de Valores Mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1. **Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a. Declaração de conformidade** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo – Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 24 de fevereiro de 2026. **b. Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo. A preparação das informações Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c. Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”). **d. Uso de estimativas e julgamentos** - Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros,

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Betapart Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Betapart Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Betapart Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no valor de R\$ 333 mil, correspondente a aproximadamente 93% do total do ativo naquela data (com liquidez imediata). A mensuração dessas cotas é realizada pelo administrador do fundo, seguindo a política de remuneração definida no respectivo regulamento, e reconhecida contabilmente ao valor justo por meio do resultado. Em razão da representatividade desse saldo, entendemos que a existência e mensuração desses ativos financeiros constituem uma área de risco e, dessa forma, um

provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às Demonstrações Contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas Demonstrações Contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronuncia-mento	Emissão	Destaques	Vigência
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2027
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS — Volume 11	Julho de 2024	Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Respon-sabilidade Pública: Divulgações.	Maio de 2024	IFRS 19 é uma nova norma de aplicação voluntária que permite entidades elegíveis fornecer divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações contábeis.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026

2.3. Continuidade operacional - A Administração tem, na data de aprovação das Demonstrações Contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das Demonstrações Contábeis. **3 - Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas adiante. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iii) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível a seguir: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme Nota Explicativa nº 5. **d) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ao ano ou R\$ 20 ao mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido é de R\$1.175 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2024). **e) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício, conforme Nota Explicativa nº 6c. **f) Demonstrações do Valor Adicionado** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa** - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	1	1
Aplicações financeiras (a)	333	440
Total	334	440

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de

principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: • obtenção de confirmações externas junto à instituição financeira administradora do fundo, com o objetivo de evidenciarmos a existência e a valorização das cotas detidas pela Companhia e respectivos registros nas demonstrações contábeis; • recálculo dos rendimentos apurados sobre o ativo financeiro, com base nos critérios de remuneração estabelecidos pelo instrumento; • avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo** - O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão sendo apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 7 de fevereiro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração**

quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média foi de 100% do CDI (91% em 31 de dezembro de 2024). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (em milhares de reais, exceto quantidade de cotas):

Fundo	Ni-vel	Adminis-trador	31/12/2025		31/12/2024	
			Quant. de Cotas	Va-lor	Quant. de Cotas	Va-lor
Opportunity Top DI FIC de FIF Itaú Top Referenciado DI FIF CI RL	1	BNY Mellon	41.010	319	62.703	426
Total				333	1.919	14
				7		440

5 - Tributos a Recuperar		31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre fundos de renda fixa		7	8
IRPJ 2024		7	-
IRPJ 2023		10	10
Total		24	18
6 - Patrimônio Líquido: a) Capital social (em milhares de reais, exceto quantidade de ações) - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social subscrito e integralizado está representado por 2.761.620 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão em Assembleia, até o limite de R\$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. b) Dividendos - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2025, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. c) Prejuízo básico e diluído por ação (em milhares de reais, exceto quantidade de ações e resultado por ação) - Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:			

	Prejuízo do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação - Em R\$
31/12/2024	(101)	2.761.620	(0,03655)
31/12/2025	(100)	2.761.620	(0,03607)

7 - Partes Relacionadas: De acordo com a ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, foi fixado montante global da remuneração dos administradores para 2025 em até R\$390. Em ata de reunião do Conselho de Administração de 6 de maio de 2025, houve a aprovação para que cada diretor e conselheiro receba R\$3 mensais durante o exercício de 2025. Em ato contínuo, nesta mesma data, foi assinado o Termo de Renúncia à Remuneração por todos os diretores e conselheiros da Companhia. A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui investimento em fundo de investimento em renda fixa junto ao Fundo Opportunity Top DI FIC de FIF.

8 - Despesas Gerais e Administrativas		De 01/01/2023 a 31/12/2023	De 01/01/2024 a 31/12/2024
Contribuições e associações diversas	(56)	(54)	
Auditoria externa	(35)	(30)	
Publicações societárias	(19)	(23)	
Serviços jurídicos	-	(5)	
Despesas de serviços do sistema financeiro	(18)	(16)	
Despesas com impostos e taxas diversas	(20)	(21)	
	<u>(148)</u>	<u>(149)</u>	

9 - Estrutura do Gerenciamento de Risco: A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos fiscais** - As declarações de IRPJ e CSLL apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras				
R\$ 333 em 31 de dezembro de 2025		41	31	20

(*) Relatório Focus – Bacen, em 16 de janeiro de 2026. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI (*)	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras				
R\$440 em 31 de dezembro de 2024	-	65	49	32

(*) Relatório Focus – Bacen

DIRETORIA

Norberto Aguiar Tomaz Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/0-8

e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independente pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se



BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 02.762.124/0001-30		
existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o	objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época e dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais	significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026
	Grant Thornton Audítores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2	Rodrigo Souza Fidalgo Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

